

CONTRATO CEDAE N.º 083 /2019 (DFI)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **LIMPATEX – RIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. HELIO CABRAL MOREIRA, e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSE BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **LIMPATEX-RIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI.**, sediada na Avenida Pastor Martin Luther King Jr., nº 126, sala 476, bloco A, Inhaúma, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.765-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 39.939.715/0001-40, neste ato por meio de seu titular, ao final assinado, Sr. ANTONIO FRUTUOSO PIRES PERALTA, português, empresário, portador da carteira de Identidade nº. W 641.542-7, expedida pelo DPMAF, inscrito no CPF sob n. 271.186.497-91, residente e domiciliado na Rua Djalma Petit, nº 33, Riachuelo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.950-220, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato com fundamento no **Processo Administrativo nº E-07/100.933/2018 (volumes 01 e 02)**, mediante **Pregão Eletrônico nº 613/2019 (ADPR-30)**, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE - RILC pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e na Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE CAL VIRGEM MICROPULVERIZADA 0,1 MM PARA ETA LARANJAL"**, conforme Anexo II ao Edital, proposta da contratada e tabela abaixo, que passa a integrar a presente contratação embora não transcrito.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD. (KG)
01	CAL VIRGEM MICROPULVERIZADA 0,1 MM	970.000

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data indicada na Ordem de Fornecimento, que poderá ser emitida após a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os fornecimentos intermediários observarão o previsto no Termo de Referência (Anexo III do Edital), e ocorrerão conforme demanda emitida em ordem escrita pela **CEDAE**, que deverá ser atendida no prazo máximo de 48 (quarente e oito) horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Se a necessidade da **CEDAE** em relação ao produto químico contratado se mostrar inferior a quantidade inicialmente estimada, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência contratual, ainda que haja saldo do produto a ser entregue.

PARÁGRAFO QUARTO: No caso previsto no parágrafo anterior, a **CONTRATADA** fará jus ao recebimento apenas do valor referente à quantidade efetivamente entregue, sem direito a qualquer outra indenização por perdas e danos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens observando a quantidade, qualidade, local e prazos especificados no termo de referência desta contratação, cujo teor integra o presente ajuste;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato, por escrito, sobre qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

- f) indenizar todo e qualquer prejuízo causado à CEDAE ou a terceiros pela má execução do contrato;
- g) atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**; e
- h) manter as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação durante todo o período de vigência contratual.
- I) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- J) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto em regime de fornecimento contínuo, pelo preço de **R\$ 697.430,00 (seiscentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta reais)**, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	QTD. (KG)	VALOR TOTAL (R\$)
01	CAL VIRGEM MICROPULVERIZADA 0, MM	0,719	970.000	697.430,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O preço ajustado inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal

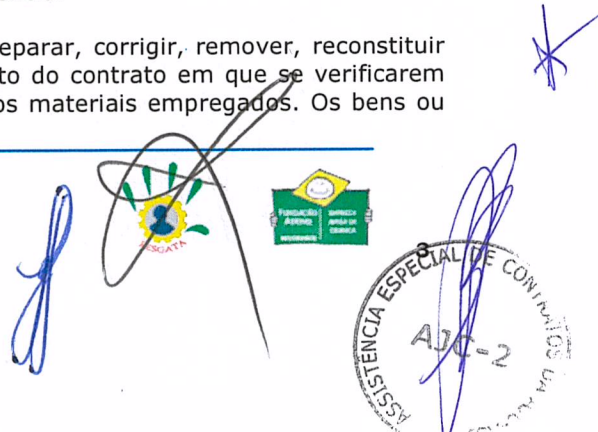
PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 339030-21
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110207
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000688.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) realizado(s) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados de cada recebimento provisório previsto na cláusula décima quinta, conforme cronograma financeiro inserido às fls.136 do processo administrativo referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou



os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização efetuada pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO QUARTO - A verificação, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) objeto(s) entregue(s) **impedirá o seu recebimento provisório**, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr quando solucionado o problema.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação formal da **CONTRATADA** acerca da irregularidade/pendência constatada, podendo ser realizada por meio de correspondência eletrônica.

PARÁGRAFO SEXTO - Os pagamentos devidos serão efetuados pela **CEDAE** mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato, serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, *pro rata die*. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação na execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

PARÁGRAFO ÚNICO - As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo IGP-M iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data de apresentação da proposta (I₀), conforme expressão matemática a seguir.

$$R = \frac{Po [I - I_0]}{I_0}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = Índice IGP-M correspondente ao mês do reajustamento

I₀ = Índice IGP-M correspondente a data da apresentação da proposta

a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.

b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquele referente à medição dos serviços/obra.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da **CONTRATADA** dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da **CEDAE**, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inércia da **CONTRATADA** em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

PARÁGRAFO QUARTO - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta (I₀).

PARÁGRAFO QUINTO - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

PARÁGRAFO SEXTO - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da **CEDAE**.

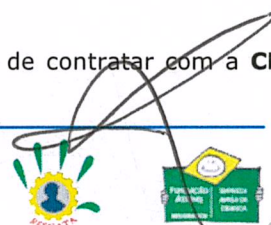
CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a **CEDAE** por prazo não superior a 2 (dois) anos;



PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da **CEDAE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CEDAE**, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da **CEDAE**.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula décima oitava, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da **CEDAE**, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

PARÁGRAFO OITAVO - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

PARÁGRAFO NONO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula décima oitava, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à **CEDAE**; ou

III - decisão judicial ou arbitral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CEDAE** se reserva o direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO QUINTO - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 06 (seis) meses.

PARÁGRAFO OITAVO - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO NONO - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

A aceitação provisória nos contratos de aquisição ocorrerá conforme o número de parcelas de fornecimento, mediante o recebimento do material no almoxarifado da Companhia ou fora deste, observando-se os seguintes procedimentos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os materiais e equipamentos entregues no almoxarifado serão recepcionados e devidamente conferidos pelo Chefe do Almoxarifado. Em seguida, deverão sofrer inspeção técnica por parte do Departamento de Pesquisa de Material – GSU-2 e, posteriormente, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, que os aceitarão provisoriamente pela emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO DE MATERIAL (doc. Ref. ANEXO IV da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os materiais e equipamentos entregues fora do almoxarifado serão recepcionados por pelo menos um dos membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, que será responsável pela verificação das conformidades, validando a aceitação destes, pela emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL FORA DO ALMOXARIFADO (doc. Ref. ANEXO V da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A documentação acessória aos Termos de Recebimento será a estabelecida pela Gerência de Suprimento, bem como os demais procedimentos e prazos implicados nesse processo.

PARÁGRAFO QUARTO - Para o pagamento de cada nota fiscal será obrigatória a apresentação do(s) citado(s) Termo(s) de Recebimento aprovado(s).

PARÁGRAFO QUINTO - O recebimento de materiais e equipamentos de valor superior a R\$ 150.000,00 deverá ser realizado por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, conforme OS “E” nº 14.693/2017.

PARÁGRAFO SEXTO - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS “E” nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA, que será produzido após a verificação da qualidade e quantidade da totalidade do material entregue, observando-se as seguintes etapas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos de contratos de ATÉ R\$ 1 MILHÃO, o Gerente do Contrato solicitará à Comissão de Fiscalização designada o Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (ANEXO II, IN AGE N.º 30), devidamente preenchido e assinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em seguida, procederá à verificação dos Aceites Provisórios emitidos e, inexistindo impropriedades, emitirá e assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de contratos de VALOR SUPERIOR A R\$ 1 MILHÃO E INFERIOR A R\$ 37,5 MILHÕES, o Gerente do Contrato, além de observar os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, submeterá o Termo emitido à apreciação e assinatura do Diretor da área gestora do contrato. Nesse caso, o Coordenador da Comissão de Fiscalização do Contrato também assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo para emissão do Termo de Aceitação Definitiva será aquele descrito no item 2.2.4 da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/17.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICAÇÃO

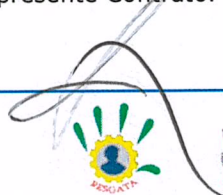
O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE - LEI ESTADUAL 7.753/2017

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.



PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

PARÁGRAFO DÉCIMO-QUARTO - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual n. 46.366/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO


Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

Pela **CEDAE**:


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor-Presidente


JOSE BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Pela **CONTRATADA**:


ANTONIO FRUTUOSO PIRES PERALTA
Titular

TESTEMUNHAS:

Ref. Contr-LIMPATEX-RIO-aquisição-de-cal-virgem-micropulverizada-PE-613-2019-VB

PORTARIA PR-Nº 167 DE 11 DE JULHO DE 2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE
MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR CERES PIMENTA SOARES, para exercer o Cargo de Confiança de Gerente de Agência, símbolo CC-04, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 11 de julho de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY
Diretor-Presidente

Id: 2193861

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. de 06/09/2019
PAGINA 04 - 3ª COLUNA

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PR Nº 143 DE 05 DE JUNHO DE 2019

ALTERA PORTARIA PR-Nº 143, DE 05 DE JUNHO DE 2019.

Onde se lê:

Art. 2º - Os cargos resultantes da transformação farão parte da estrutura da Diretoria Administrativa...

Leia-se:

Art. 2º - Os cargos resultantes da transformação farão parte da estrutura da Presidência...

Id: 2193511

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇASDESPACHO DO DIRETOR
DE 09/07/2019

PROC. Nº E-04/447.837/87 - LEILA GONÇALVES DE AZEVEDO - Técnico de Suporte, Computação e Processamento, matrícula nº 293.240-8 - AUTORIZA a contagem em dobro de 60 (sessenta) dias de licença prêmio não gozadas, para fins de aposentadoria, de acordo com o disposto no art. 80, inciso VII, do Decreto nº 24.797/9, correspondente ao período de 05/09/1992 a 03/09/1997, publicado no D.O. de 14/04/2000, totalizando 120 (cento e vinte) dias de efetivo exercício.

Id: 2193455

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,
PESQUISA E FORMAÇÃO DE SERVIDORES
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

*PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8590 DE 02 DE JULHO DE 2019

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8590 DE 29 DE MAIO DE 2019, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por mais 08 (oito) dias, o prazo estabelecido pelo art. 3º da Portaria CEPERJ/PR Nº 8590, de 29 de maio de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02 de julho de 2019.

Rio de Janeiro, 02 de julho de 2019

MARIO DE ARAUJO ALMEIDA NETO
Presidente

Id: 2193657

*Omitida no D.O. de 03/07/2019.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,
PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8591 DE 11 DE JULHO 2019

INSTAURA SINDICÂNCIA PARA APURAR IRREGULARIDADE.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 4º do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.528, de 06 de setembro de 1984,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância para apurar irregularidade, conforme consta no Processo nº E-01/3268/1999.

Art. 2º - Designar os servidores Marco Aurélio de Moraes Guimarães Filho, Secretário I, Id Funcional nº 5095833-0, Márcia Cristina de Carvalho Sato, Secretário I, Id Funcional nº 5100183-7 e Renato da Silva Vicente, Secretário I, Id Funcional nº 5094355-3, para, sob a presidência do primeiro, em conformidade com o art. 7º do mencionado Decreto, proceder à sindicância.

Art. 3º - Os servidores, ora designados, terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, para apresentar parecer conclusivo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando sem efeito a Portaria CEPERJ/PR nº 8585, de 12 de junho de 2019.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2019

MARIO DE ARAUJO ALMEIDA NETO
Presidente

Id: 2193658

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 08/07/2019

DESIGNA ANA CLAUDIA FERREIRA RIBEIRO DA LUZ CRUZ, Analista de Qualidade D, como Presidente, JOAO RICARDO CONSTANCIO, Técnico de Laboratório IV, PAULO GOMES DO COUTO, Agente de Saneamento I, como membros titulares e DIANA GUEDES FERREIRA, Técnico de Laboratório III, como membro suplente. Gerente do Contrato ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA, Agente Administrativo F e MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada ao "AQUISIÇÃO DE CAL VIRGEM MICROPULVERIZADA PARA ETA LARANJAL", de que trata o Processo nº E-07/100.933/2018. Ordem de Serviço P/FIS nº 25.379-00/2019.

Id: 2193521

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 08/07/2019

DESIGNA NATALIA AGOSTINO GUERRA, Assessora Técnica Jurídica, como Presidente, FABIO LUIZ GOMES, Assessor Jurídico Chefe, ROBERTA BOCKS AVELLAR, Advogada D, como membros titulares e ANDREA LEITE RIBEIRO DE OLIVEIRA, Advogada B, como membro suplente. Gerente do Contrato FERNANDA TITO COSTA, Advogada A e BRUNO SOUZA PINHO, Economista B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ADVOCACIA EM PROCESSOS JUDICIAIS DE NATUREZA TRABALHISTA, DIVIDIDOS EM LOTE I, II, III E IV", de que trata o Processo nº E-17/100.373/2016. Ordem de Serviço P/FIS nº 23.481-01/2019 - Revoga Ordem de Serviço P/FIS nº 23.481-00/2019.

Id: 2193524

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 10/07/2019

DESIGNA FABIO LUIZ GOMES, Assessor Jurídico Chefe, como Presidente, DIEGO NUNES MULLER, Advogado C, NATALIA AGOSTINO GUERRA, Assessora Técnica, como membros titulares e DANIELA BEZERRA DE MENEZES ULIANA, Advogada C, como membro suplente. Gerente do Contrato RENATO PRATES RODRIGUES, Assessor Executivo e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Assessora de Diretoria, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada às "CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE DIRETORES E ADMINISTRADORES - D&O (DIRECTORS & OFFICERS)", de que trata o Processo nº E-17/100.377/2016. Ordem de Serviço P/FIS nº 25.390-00/2019 - Revoga O.S. "E" nº 14.799, de 09/08/2017.

Id: 2193523

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 08/07/2019

PROCESSO Nº E-07/100.197/2018 - HOMOLOGO a licitação por Tomada de Preços nº 106/2018 (ASL-1.1), realizada em 1ª sessão 25/01/2019, 2ª sessão 15/05/2019 e 3ª sessão 29/05/2019.

Id: 2193522

Secretaria de Estado de
Governo e Relações Institucionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DELIBERAÇÃO PROCON/RJ Nº 01 DE 27 DE JUNHO DE 2019

REGULA CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PARA EVOLUÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO PROCON/RJ DAS CARREIRAS DE QUE TRATA A LEI ESTADUAL Nº 5.738, DE 07 DE JUNHO DE 2010

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, tendo em vista as competências que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 5.738, de 07 de junho de 2010, e pelo art. 11, XV, do Decreto Estadual nº 43.400, de 06 de janeiro de 2012, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº E-15/002/172/2018,

DELIBERA:

Art. 1º - Dispor sobre os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a evolução funcional dos servidores do Quadro Permanente de Pessoal do PROCON/RJ das carreiras, de que trata a Lei Estadual nº 5.738, de 07 de junho de 2010.

Art. 2º - Para os efeitos desta Deliberação, consideram-se:

I - Servidor: a pessoa legalmente investida em cargo público, provido mediante concurso público;

II - Cargo: unidade laborativa com denominação própria, criada por lei, com número certo, que implica o desempenho, pelo seu titular, de um conjunto de atribuições e responsabilidades, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro; III - Carreira: estrutura de desenvolvimento funcional e profissional, operacionalizada através de passagens a Classes e Padrões superiores, no cargo do servidor; IV - Referência: conjunto de algoritmos que designa o vencimento dos servidores, formado por:

a) Classe: indicativo de posição vertical em que o servidor poderá estar enquadrado na Carreira, segundo critérios de desempenho e capacitação, representado por números romanos, correspondente a uma faixa na Tabela de Vencimento;

b) Padrão: indicativo de cada posição horizontal em que o servidor poderá estar enquadrado na Carreira, segundo critérios de desempenho, representado por letras; V - Promoção: passagem do servidor de uma Classe para outra superior, na Tabela de Vencimento;

VI - Progressão: passagem do servidor de um Padrão para outro superior, na Tabela de Vencimento;

VII - Ciclo de Avaliação: período de meses considerado para realização da avaliação periódica, com vistas a aferir o desempenho dos servidores alcançados pelo art. 1º e que se encontrem em efetivo exercício.

Art. 3º - A evolução funcional do servidor nas carreiras do Procon/RJ, dar-se-á mediante progressão ou promoção na conformidade do art. 27, art. 33 e art. 36, da Lei Estadual nº 5.738, de 07 de junho de 2010.

§ 1º - O interstício mínimo entre cada progressão será de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir do mês de março do ano em que se deu o efeito financeiro da última progressão:

a) Computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício na conformidade do art. 32, da Lei Estadual nº 5.738/2010; e

b) Suspensão, em caso de afastamento sem remuneração do servidor, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 2º - A publicação desta Deliberação não interrompe a contagem do interstício desde a última progressão.

§ 3º - A habilitação à forma de evolução funcional de que trata o inciso I do caput observará, concomitantemente os seguintes requisitos:

a) Possuir estabilidade no cargo;

b) Houver exercido as atribuições do cargo pelo interstício de 03 (três) anos no Padrão em que se encontra;

c) Não tiver sofrido pena disciplinar de suspensão no interstício;

d) Não houver sido beneficiado pela Promoção no exercício;

e) Obtiver desempenho superior à média, de que trata o Parágrafo Único, do art. 37, da Lei Estadual nº 5.738/2010, na última Avaliação de Desempenho;

f) Não possuir, durante o interstício, mais de 20 (vinte) ausências ou 30 (trinta) atrasos.

§ 4º - A habilitação à forma de evolução funcional de que trata o inciso II, do caput observará, concomitantemente os seguintes requisitos:

a) Possuir estabilidade no cargo;

b) Houver exercido as atribuições do cargo, pelo seguinte interstício mínimo: da classe A para a classe B: 7 (sete) anos e seis meses; da classe B para a classe C: 9 (nove) anos; da classe C para a Classe Especial: 9 (nove) anos;

c) Não tiver sofrido pena disciplinar de suspensão no interstício;

d) Houver obtido 02 (dois) desempenhos superiores à média de que trata o Parágrafo Único, do art. 34, da Lei Estadual nº 5.738/2010, consideradas as 3 (três) últimas Avaliações de Desempenho;

e) Não possuir, durante o interstício, mais de 20 (vinte) ausências ou 30 (trinta) atrasos;

f) Houver obtido qualificação profissional na conformidade do art. 35, da Lei Estadual nº 5.738/2010.

Art. 4º - Os processos de Evolução Funcional ocorrerão em intervalos regulares de 12 (doze) meses, tendo por ciclo considerado o mês de março do exercício anterior à abertura do processo até o mês de fevereiro do exercício vigente.

Art. 5º - O Setor de Recursos Humanos do Procon/RJ, até o dia 28 de fevereiro de cada exercício, deverá determinar a abertura e a atuação de processos administrativos específicos para cada forma de evolução funcional prevista no art. 3º, incisos I e II desta deliberação.

§ 1º - A abertura dos referidos processos deverá ser instruída com a listagem dos Servidores habilitados a cada modalidade de evolução funcional, a ser realizada pelo Setor de Recursos Humanos, com especificação do cumprimento dos requisitos previstos no art. 34 e art. 37, da Lei Estadual nº 5.738/2010 bem como certidão emitida pela Comissão de Gestão de Carreiras (COGEC), atestando a inexistência de recursos pendentes de julgamento no âmbito daquela comissão e de pedidos de reconsideração junto às chefias imediatas, além de certidão emitida pela Comissão Setorial de Avaliação Especial de Desempenho (CSAED), atestando a inexistência de pedidos de reconsideração pendentes de julgamento no âmbito desta comissão, se for o caso.

§ 2º - Para fins de verificação do cumprimento do requisito de qualificação profissional previsto no art. 34, VI da Lei Estadual nº 5.738/2010, deverá o Setor Recursos Humanos, antes da elaboração da listagem a que alude o parágrafo anterior, convocar os Servidores participantes, mediante comunicação interna às chefias imediatas, para comprovarem documentalmente a qualificação obtida na conformidade do art. 35, da Lei Estadual nº 5.738/2010 mediante formulário disponibilizado no anexo I, desta deliberação.

§ 3º - Formalizada a abertura dos processos, estes deverão ser remetidos a Diretoria de Administração e Finanças para manifestação sobre a previsão orçamentária e disponibilidade financeira na conformidade do art. 28, da Lei Estadual nº 5.738/2010.

§ 4º - Após o encarte nos autos da manifestação da Diretoria de Administração e Finanças, deverá o Setor de Recursos Humanos, em até 10 (dez) dias, publicar no Diário Oficial a listagem de Servidores habilitados a cada modalidade de evolução funcional, bem como listagem com os Servidores que efetivamente serão progressos ou promovidos.

§ 5º - Tornadas públicas as listagens qualquer interessado poderá impugnar seu teor em até 10 (dez) dias mediante requerimento fundamentado, por meio de formulário disponibilizado no anexo II, desta deliberação, dirigido ao Setor de Recursos Humanos que decidirá a impugnação em até 10 (dez) dias dando ciência ao interessado.

§ 6º - Havendo alteração das listagens ou inexistindo impugnações, deverá o processo ser encaminhado ao Diretor-Presidente do PROCON/RJ para que se proceda a formalização das progressões ou promoções dos Servidores, por intermédio de edição de Portaria com posterior publicação no Diário Oficial.

Art. 6º - Existindo recurso pendente de julgamento na Comissão de Gestão de Carreiras (COGEC) ou pedido de reconsideração junto às chefias imediatas ou na Comissão Setorial de Avaliação Especial de Desempenho (CSAED), por ocasião da abertura dos Processos Administrativos de Evolução Funcional, deverão as instâncias julgadoras, num prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias a contar da emissão da certidão a que alude o § 1º, do art. 5º, desta deliberação concluir o julgamento, dar ciência ao impugnante do resultado e comunicar imediatamente a decisão ao Setor de Recursos Humanos para

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 048/2019. **PARTE:** DETRAN/RJ e BUILD CONSULTORIA E SOLUÇÕES EIRELLI. **OBJETO:** Apresentação de soluções tecnológicas disponíveis no mercado a título gratuito que visem à implantação e a customização do sistema de vídeo monitoramento com uso de dispositivo móvel e individual desenvolvimento com implantação de sistema OCR (sigla em inglês para Optical Character Recognition - tecnologia responsável pelo reconhecimento e identificação de caracteres), utilizando os equipamentos disponíveis no DETRAN/RJ quando houver e ainda gestão de dados e geração de relatórios operacionais de gestão visando a eficiência das ações de fiscalização do DETRAN/RJ denominados DETRAN SEGURO. **PRazo:** 30 (trinta) dias. **GESTORES:** Claudio Almeida Soares, Coordenador de Fiscalização. Id. Funcional nº 5099443-3 e Marcus Antônio Moreira Assistente III. Id. Funcional nº 4347641-4 (Gestor Substituto). **FISCALIS:** Karla Vargas Garcia, Assistente I. Id. Funcional nº 5026260-2 como Fiscal e Raphaela de Lima Ribeiro, Assistente Técnico de Trânsito. Id. Funcional nº 5026014-6 como Suplente. **DATA DA ASSINATURA:** 15/07/2019. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93. Lei Estadual nº 287/79. **PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº E-16/005/157/2019.

Id: 2196038

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 053/2019 (DFI). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a LIMPATEX - RIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI. **OBJETO:** Aquisição de cal virgem micropulverizada 0,1 mm para ETA LARANJAL. **PRazo:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 697.430,00 (seiscentos e noventa e sete mil quatrocentos e trinta reais). **DATA DE ASSINATURA:** 15/07/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.933/2018 (Pregão Eletrônico nº 613/2019).

Id: 2195957

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 055/2019 (DFI). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a J.P. SMART VENDING OPERADORA DE MÁQUINAS AUTOMÁTICAS LTDA. **OBJETO:** Serviços de fornecimento de café e bebidas quentes. **PRazo:** 12 (doze) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 217.728,00 (duzentos e dezessete mil setecentos e vinte e oito reais). **DATA DE ASSINATURA:** 16/07/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.258/2019 (Pregão Eletrônico nº 615/2019).

Id: 2195956

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 89/2019 (DFI). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA ESGOTO, Itens 01 a 05. Cota Principal, Lote I. **PRazo:** 06 (seis) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 9.750,18 (nove mil setecentos e cinquenta reais e dezcento centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 22/07/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.325/2019 (Pregão Eletrônico PERP 01/2019).

Id: 2196257

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 089/2019 (DFI). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TUBOS DE PVC DE DIVERSOS DIÂMETROS PARA ESGOTO, Itens 08 a 12. Cota Principal, Lote II. **PRazo:** 05 (seis) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 167.082,00 (cento e sessenta e sete mil oitenta e dois reais). **DATA DE ASSINATURA:** 22/07/2019. **FUNDAMENTO:** Processo nº E-07/100.325/2019 (Pregão Eletrônico PERP 01/2019).

Id: 2196258

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 06 ao Contrato CEDAE nº 061/2013 (DM). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA. **OBJETO:** Reajustamento do preço contratual correspondente às 4ª e 5ª anualidades contratuais. **PRazo:** Sem alteração do prazo contratual. **VALOR TOTAL:** R\$ 3.966.584,33 (três milhões, novecentos e sessenta e seis mil quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 17/07/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.520/2018 (Pregão Eletrônico nº 016/2013 - DM).

Id: 2195995

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 06 ao Contrato CEDAE nº 088/2015 (DF). **PARTE:** A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a V.W. REFRIGERAÇÃO E REFORMAS LTDA-ME. **OBJETO:** Pagamento do reajustamento dos preços contratados correspondente a 3ª anualidade. **PRazo:** Sem alteração do prazo contratual. **VALOR:** R\$ 33.078,00 (três mil setenta e oito reais). **DATA DE ASSINATURA:** 15/07/2019. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-17/100.113/2014 (Pregão Eletrônico nº 046/2015).

Id: 2195996

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 319/2019 - ASL-DP. **OBJETO:** "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS NAS AGENCIAS DE ATENDIMENTO DA DIRETORIA DE DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO METROPOLITANA - DM". **DATA DA ETAPA DE LANCES:** 07/08/2019. **HORÁRIO:** 15 horas. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitacoes.caixa.gov.br. **VALOR TOTAL ESTIMADO:** R\$ 7.123.935,45.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3837 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2196031

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

"INSTRUMENTO: Contrato nº 009/2019. **PARTE:** ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa BVQI DO BRASIL SOCIEDADE CERTIFICADORA LTDA. **OBJETO:** Prestação de serviço de auditoria externa a ser realizada para Segunda Manutenção Anual do sistema de gestão da qualidade da Subsecretaria de Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda - SUBFIN, segundo a norma ABNT NBR ISO 9001:2015, na forma do Termo de Referência. **PRazo:** 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação. **VALOR:** R\$ 2.644,71 (dois mil seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos). **PROGRAMA DE TRABALHO:** 2001.04.122.002.2016. **NATUREZA DAS DESPESAS:** 3390.39.82. **NOTA DE EMPENHO:** 2019NE00227. **DATA DA ASSINATURA:** 12/07/2019. **FUNDAMENTO:** Lei nº 8.666/1993. **PROCESSO Nº SEI-04/080/00012/2019.** *Replicado por correção no original publicado no D.O. de 23/07/2019.

Id: 2196180

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DE DUQUE
DE CAXIAS - AFR-17.01

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - DUQUE DE CAXIAS - AFR 1701, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos contribuintes responsáveis pelos CPFs abaixo citados, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data desta publicação. Os processos encontram-se na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmar nº 383, 3º andar - Centro, Nova Iguaçu.

Processo: nº E-04/024/391/2019
Nome: Wagner Coutinho De Vasconcelos
CPF: 673.686.207-53
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Barão de Salusse nº 471 - apt 101 Centro - Mesquita - RJ

Processo: nº E-04/016/93/2019
Nome: Neusa Lima
CPF: 045.282.807-44
Assunto: Aposentamento
Endereço: Avn. Duque de Caxias nº 469 - Centro - Duque de Caxias - RJ

Id: 2195946

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DE DUQUE
DE CAXIAS - AFR-17.01

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - DUQUE DE CAXIAS - AFR 1701, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos contribuintes responsáveis pelos CPFs abaixo citados, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data desta publicação. Os processos encontram-se na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmar nº 383, 3º andar - Centro, Nova Iguaçu.

Processo nº E-04/024/328/2019
Nome: Maria Claudia Vaz da Cunha
CPF: 030.307.457-40
Assunto: ITD
Endereço: Trv. Mario Avena, nº 84 - casa 02 - Centro - Nilópolis - RJ

Processo nº E-04/024/330/2019
Nome: Erriete Costa Barroso
CPF: 915.928.957-00
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Milton Silva, nº 42 - Comendador Soares - Nova Iguaçu - RJ

Processo nº E-04/024/332/2019
Nome: Desio Simões
CPF: 048.491.677-72
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Dona Eulália, nº 195 - Rancho Novo - Nova Iguaçu - RJ.

Processo nº E-04/024/334/2019
Nome: Lenyr Augusto da Silveira Bravo
CPF: 111.675.487-87
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Tabatinga, s/nº - Centro - Queimados - RJ

Processo E-04/024/345/2019
Nome: Luiz Soares Assis
CPF: 794.493.957-72

Assunto: ITD
Endereço: Rua: Cel. Francisco Soares, nº 202 - Centro - Nova Iguaçu - RJ.

Processo nº E-04/024/349/2019
Nome: Banius Constantino Vieira Dos Santos
CPF: 034.169.177-15
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Eduardo Barros, nº 753 - casa 04 - Centro - Nilópolis - RJ

Processo nº E-04/024/352/2019
Nome: Marcos Paulo Silva Degering
CPF: 168.680.627-29
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Humberto de Macebo, nº 97 - Redenção - Nova Iguaçu - RJ.

Id: 2195947

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DE DUQUE
DE CAXIAS - AFR-17.01

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR - DUQUE DE CAXIAS - AFR 1701, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos contribuintes responsáveis pelos CPFs, abaixo citados, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data desta publicação. Os processos encontram-se na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmar nº 383, 3º andar - Centro, Nova Iguaçu.

Processo nº E-04/024/357/2019
Nome: Maria Teresa Madeira Pereira
Inscrição no CPF nº 647.251.547-68
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Carmine Papaleo Montoro nº 67 Centro - Nova Iguaçu - RJ

Processo nº E-04/024/360/2019
Nome: Vanessa Aparecida de Almeida Barbosa Fuli
Inscrição no CPF nº 092.197.947-99
Assunto: ITD
Endereço: Avn. Das Américas nº 19000 casa - 220-1 - Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro - RJ

Processo nº E-04/024/368/2019
Nome: Orlando Vieira Terra
Inscrição no CPF nº 015.885.087-49
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Doutor Luiz Guimarães nº 843 - Centro - Nova Iguaçu - RJ.

Processo nº E-04/024/369/2019
Nome: Rodrigo Campos Dos Santos
Inscrição no CPF nº 060.137.637-47
Assunto: ITD
Endereço: Rua: João Evangelista de Carvalho nº 1284 - Cabral - Nilópolis - RJ

Processo nº E-04/024/373/2019
Nome: Ana Paula Conceição Carvalhães
Inscrição no CPF nº 036.518.537-05
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Itabaiana de Oliveira nº 07 - Santa Terezinha - Mesquita - RJ.

Processo nº E-04/024/374/2019
Nome: Paulo Cesar Cortes Da Silva
Inscrição no CPF nº 524.417.847-49
Assunto: ITD
Endereço: Rua: José Brigagão Ferreira nº 268 - Centro - Nova Iguaçu - RJ

Processo nº E-04/024/388/2019
Nome: Luciana Cabral Caetano
Inscrição no CPF nº 062.393.277-02
Assunto: ITD
Endereço: Rua: Petrolina nº 09 - Cabus - Nova Iguaçu - RJ.

Id: 2195948

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DA CAPITAL AFR - 64.15

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE REGIONAL DA AFR CAPITAL 64.15, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento na sede da AFR-Capital 64.15, situada na Avenida Ayrton Senna, 2001, bloco C, sala 58, Barra da Tijuca, dos responsáveis pela firma, abaixo discriminada, no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data desta publicação, para tomar conhecimento do processo abaixo discriminado.

EMPRESA: J. ADEJAN MARMORES E GRANITOS LTDA.
Endereço: Avn de Santa Cruz, 8510-Ioja C - Santíssimo - RJ
Processo: E-04/008/100702/2018
Responsável: Adelson Marcolino dos Santos
Residência: Rua Soter de Araújo s/n, bloco 23, apt 301 - Senador Vasconcelos/RJ

Id: 2195949

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR
NOVA FRIBURGO - AFR 34.01

EDITAL

INTIMAÇÃO Nº 523262-90/1 RAF Nº 523262-90 PROGRAMA
08PROC

Com fulcro nos artigos 214 e 215 do Decreto-lei Estadual nº 5 de 15/03/1975 (CTE), que tratam de Intimação e do domicílio tributário, o Auditor Fiscal Chefe da AFR 34.01-Nova Friburgo, no uso de suas atribuições legais, INTIMA o contribuinte SANTE ET VIE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, Inscrição estadual nº 78.302.082, CNPJ nº 08.853.744/0001-60, nas pessoas de seus sócios MAURICIO ROBERTI WERMELINGER, CPF nº 791.404.087-87, e RENATO ROCHA VELASCO, CPF nº 072.349.697-80 para comparecer na sede da AFR 34.01-Nova Friburgo, localizada na Rua Dr. Ernesto Brasileiro, nº 25, Centro, Nova Friburgo - RJ, no horário das 9:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira, para atendimento das exigências da intimação acima, devendo apresentar a deliberação de enquadramento ao Benefício Fiscal instituído pela Lei 6979/2015, emitido pela CPDFE com Termo de Compromisso e declaração de que cumpre as condições da Lei nº 6979/15, para instituir o Processo Administrativo nº E-04/189017/2009. Cumpre observar que a intimação foi remetida pelos Correios para os endereços dos sócios cadastrados na SEFAZ-RJ, entretanto o AR retornou com a informação de que o sócio mudou-se. O não atendimento a esta intimação poderá caracterizar crime contra a ordem tributária, prevista nos arts. 1º e 2º da Lei Federal nº 8.137/90, e ser objeto de representação ao Ministério Público Estadual, bem como o indeferimento do pedido de adesão ao benefício fiscal, além de multas previstas na legislação estadual por meio de lavratura de Auto de Infração, AFR 34.01-Nova Friburgo, Moacir Carvalho Corrêa, Mat.0808484-2 - Auditor Fiscal Chefe.

Id: 2195950

DIGA NÃO
ÀS DROGAS